

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



GT-CANTAREIRA - GRUPO TÉCNICO SOBRE A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Ata da 6.ª Reunião Ordinária do GT-Cantareira

25/03/04 -10h

Parque de Eventos da Prefeitura Municipal de Extrema - MG

Membros presentes	
Ministérios das Cidades	Marcos H.F. Montenegro (T)
ASSEMAE	Paulo Roberto S. Tinel (T)
CIESP / Jundiá	Roberto Polga (T)
Fórum Entidades PCJ	Walter Antonio Becari (T)
IGAM	Marília Carvalho de Melo (T)
P.M. de Extrema	Paulo Henrique Pereira (T)
P.M. de Piracicaba	José Augusto de B. Seydell (T)
Pres. Comitês PCJ - P.M. de Rio Claro	Cláudio Antonio de Mauro (T)
Vice-presidência dos Comitês PCJ - ÚNICA	Eduardo Lovo Paschoalotti (T)
SABESP	Milton Ângelo Negrini (T)
SERHS	Michele Consolmagno (S)

Membros Ausentes com justificativa

Membros Ausentes sem justificativa	
SORIDEMA/ CT-ID	Harold Gordon Fowler (T)
Sind. Rural Campinas	Régis Romano Maciel (T)

Convidados	
ANA	Wilde C. Gontijo Junior
IGAM	Paulo Teodoro de Carvalho Célia M.B. Froés
SMA/ CETESB	Fernando I. Carbonari
PM de Extrema - MG	Luiz Carlos Bergamin
Consórcio PCJ	Sérgio Razera
SANASA/ Campinas	Vladimir José Pastore
CT-PB	Rita de Cássia Lorenzi
PM de Mairiporã	Ana Maria Souza Pereira
P.M. Holambra	Petrus B. Weel
SE/Comitês PCJ	Luiz Roberto Moretti Patrícia G. A. Barufaldi

(T) - Titular (S) Suplente (R) Representante

- 5
1. **Pauta:** A pauta e a convocação da reunião foram enviadas aos membros por meio de mensagem eletrônica em 20/03/2004. **2. Abertura:** a abertura da reunião foi realizada pelo sr. Claudio Antonio de Mauro, que agradeceu a presença de todos e ao Prefeito de Extrema – MG, sr. Luiz Carlos Bergamin, pela cessão das dependências e pela acolhida e informou a presença do Presidente do Instituto Mineiro de Gestão das Águas - IGAM, sr. Paulo Teodoro de Carvalho. Informou que, conforme acordado na reunião anterior, nesta estarão sendo apreciadas as minutas das Atas da 4.ª e da 5.ª Reuniões do GT-Cantareira, abrindo, assim, a palavra para considerações sobre as minutas apresentadas. Sem manifestações, foram colocadas em votação as Atas da 4.ª e 5.ª Reuniões do GT-Cantareira, sendo aprovadas por unanimidade, na

25 forma apresentada. O sr. Cláudio de Mauro, coordenador do GT-Cantareira, informou que a Ministra do Meio Ambiente, sra. Marina Silva e o Presidente da ANA, sr. Jerson Kelman, estarão em Campinas, no período da manhã e que, no período da tarde, a ministra estará proferindo uma palestra na Universidade Salesiana de Americana – UNISAL. Então, solicitou aos membros do grupo que tivessem disponibilidade, que se dirigissem, ainda no período da tarde, até a UNISAL para se encontrar com a ministra, acrescentando que esse encontro seria de grande valia para os trabalhos dos Comitês PCJ. Passou a palavra para o Prefeito de Extrema que agradeceu a presença de todos. Com a palavra o Presidente do IGAM, sr. Paulo Teodoro de Carvalho, agradeceu a presença de todos, ao prefeito anfitrião pela acolhida e mencionou o quanto é importante o trabalho que esse Grupo vem desenvolvendo e desejou um bom trabalho a todos. Agradeceu à ANA, ao DAEE e à Secretaria de Energia, Recursos Hídricos e Saneamento pelo apoio que vêm dando às discussões sobre a renovação da outorga do Sistema Cantareira. 3. **Exposição: 3.1. Importância do Sistema Cantareira para os municípios mineiros das bacias PCJ e sua influência:** Foi passada a palavra ao sr. Paulo Henrique Pereira, representante do município de Extrema, que apresentou informações sobre a parte mineira da bacia do Piracicaba, especialmente a APA Fernão Dias, que é composta por 8 municípios, 5 da bacia hidrográfica do rio Piracicaba e 3 da bacia do rio Sapucaí. O objetivo principal desta APA é preservar os recursos hídricos. Foram apresentados mapas da drenagem da APA e depois somente dos municípios mineiros. Informou que o município de Toledo não possui área na bacia de contribuição do Sistema Cantareira. O município de Sapucaí-mirim tem cerca de 100 km² de área rural na bacia do Piracicaba e é onde está a nascente do rio Jaguari. Mostrou a área de contribuição de Minas Gerais na bacia do rio Atibaia, destacadamente pelos rios Cachoeirinha e Can-can. Informou que foi esta contribuição que ocasionou a consulta à ANA quanto à dominialidade do rio Atibaia. Informou que o rio Jaguari nasce em Sapucaí-mirim, por meio dos Ribeirões Juncal, Consolação e Bocaina e que, na divisa com Camanducaia, já é chamado de Jaguari. Informou que no município de Camanducaia grande parte da área é voltada para a agricultura, principalmente de batatas. Informou que nenhum município das bacias PCJ, da parte mineira, possui tratamento de esgoto. Informou que no município de Itapeva, grande parte da produção

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



GT-CANTAREIRA - GRUPO TÉCNICO SOBRE A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Ata da 6.^a Reunião Ordinária do GT-Cantareira

25/03/04 -10h

Parque de Eventos da Prefeitura Municipal de Extrema - MG

5 é voltada para a área agrícola e tem a sua captação no Rio Sertão Grande e faz o lançamento do Rio Camanducaia. Informou que o município de Extrema contribui para o Sistema Cantareira e tem uma área de 243 km². Foi realizado o cadastramento de todas as propriedades do município, com seus usos, forma de captação de água, coleta de esgoto, tipo de vegetação, etc. Informou que no município ocorre a confluência do rio Jaguari com o rio Camanducaia (mineiro). Destacou que, nesse ponto, a bacia do rio Jaguari tem cerca de 466 km², enquanto a bacia do Camanducaia tem 507 km². O município de Extrema possui aterro sanitário e todas as indústrias instaladas possuem licenciamento ambiental. Por meio do convênio ANA e IGAM está sendo contratado o cadastro de usuários dos municípios mineiros das bacias PCJ, com imagens do satélite Spot, na escala 1:15.000. Estão cadastrados todas propriedades do município de Extrema, registrando-se 240 poços, 1250 cisternas e 650 barramentos. O principal objetivo desse trabalho de cadastramento é localizar os loteamentos que estão se espalhando por todo o município, bem como cadastrar os pontos de alto consumo de água e de lançamento de esgotos. Informou que existem cerca de 6000 propriedades cadastradas, sendo que cerca de 60% possui área entre 2.000m² e 20.000 m². Acrescentou que o município tem uma área urbana de 17 km²; que a maior parte do sistema de esgoto é feito por fossas e a captação de água por cisternas. Possui uma população de cerca de 20.000 habitantes que, aos finais de semana, chega a 40.000. Mencionou que em 10 anos a população dobrou. Todo o trabalho de cadastramento foi feito por meio de Convênio com o Ministério do Meio Ambiente e o cadastro de irrigantes será elaborado por meio de um Convênio da ANA com a SEMAD.

3.2 Situação da disponibilidade hídrica na parte mineira das Bacias PCJ: Foi passada a palavra à sra. Marília Carvalho de Melo, representante do Instituto Mineiro de Gestão das Águas – IGAM, que apresentou informações sobre a situação da disponibilidade hídrica na parte mineira das Bacias PCJ. Informou que os dados são do IGAM. Mostrou a estrutura do Sistema Estadual de Meio Ambiente de Minas Gerais – SEGRH e informou sobre o arcabouço legal em Minas Gerais. Informou sobre os critérios de outorga, que a vazão máxima outorgável é 30% do Q_{7,10}. Mencionou que nas bacias PCJ são apenas 7 usuários outorgados pelo IGAM para captação e que não existe critério para outorga de lançamento. Quanto à fiscalização informou que não existe a fiscalização necessária para a demanda real. O sr. Paulo Teodoro, Presidente do IGAM, informou que a intenção do trabalho de cadastramento dos usuários é o de georreferenciar os pontos outorgados e com o processo de integração dos órgãos permitir a fiscalização e o monitoramento via satélite. Na sequência, a sra. Marília, continuou sua explanação informando que hoje existem no IGAM 16 processos de outorga incompletos e 4 em tramitação. As outorgas concedidas dividem-se em 44,7% para abastecimento público; 26,3% para lavagem de veículos e consumo humano; 13,1% para uso industrial e uso humano e 15,9% para outros usos. Informou sobre a disponibilidade hídrica a montante do Sistema Cantareira, sendo o Q_{7,10} na barragem da SABESP de 6.380 l/s. Assim, 30% do Q_{7,10}, vazão outorgável, representa 1.914 l/s. Informou que a vazão total de demanda superficial, na parte mineira da bacia, é de 99,8 l/s, e que a disponibilidade hídrica é de 1.814,2 l/s. A outorga concedida, pela ANA para a COPASA, em Extrema, é de 50 l/s e a disponibilidade hídrica é de 1.764,2 l/s, somente para água superficial. Foi questionado pelo sr. Paulo Teodoro, do IGAM, quais os critérios que serão utilizados na outorga do Sistema Cantareira. O representante da ANA, sr. Wilde, respondeu que todas as integrações serão feitas entre os órgãos estaduais e a União, e que, hoje, o que existe são dois critérios: o critério de outorga em São Paulo, onde a vazão outorgável é 50% do Q_{7,10} e o critério de Minas Gerais, onde a vazão outorgável é 30% do Q_{7,10}. O sr. Wilde informou que a outorga do Sistema Cantareira é uma questão tão importante para a ANA, que já foi constituído um grupo para estudo e que será realizado um seminário, em Brasília, nos dias 7 e 8 de abril, para um nivelamento técnico, pois o processo entra no DAEE, os técnicos analisam e encaminham para a ANA emitir a outorga. Informou que pela Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, há necessidade da SABESP dar entrada, no prazo de 90 dias antes do vencimento da outorga, do novo pedido ao órgão outorgante, nesse caso, na ANA.

4. Estratégia de trabalho do Grupo de Relatoria: o sr. Cláudio de Mauro solicitou ao grupo de relatoria, constituído para elaborar a estrutura do Parecer Final do GT-Cantareira, que se manifeste quanto aos trabalhos desenvolvidos pelo mesmo. Com a palavra o sr. Paulo Tinel, representante da ASSEMAE/Campinas, falando pelo do Grupo de Relatoria, informou que, inicialmente, foi estudada a síntese do relatório e, com isso, sentiu-se a necessidade de se trabalhar a estrutura do mesmo.

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



GT-CANTAREIRA - GRUPO TÉCNICO SOBRE A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Ata da 6.^a Reunião Ordinária do GT-Cantareira

25/03/04 -10h

Parque de Eventos da Prefeitura Municipal de Extrema - MG

O relatório preliminar apresenta como tópicos: 1. Introdução; onde seria relatada a formação do grupo, suas atribuições, etc.; 2. Interessado: contera dados e informações sobre a SABESP; 3. Sistema Cantareira: com informações sobre o Sistema Cantareira e seus dados de vazões; 4. Produção de Água: contendo um descritivo sobre as nascentes, a produção de água, vazões, qualidade, etc. sendo necessária a colaboração do IGAM; 5. Qualidade da Água: será necessário a colaboração da CETESB para inserir informações sobre qualidade da água; 6. Quantidade de Água: é necessário o auxílio do DAEE; ANA e IGAM; 7. Principais problemas para o abastecimento público: detalhar os principais problemas ocorridos juntos aos municípios afetados pelo Sistema Cantareira; 8. Aspectos Legais: seriam informadas as legislações pertinentes; 9. Recomendações para a outorga: seriam inseridas sugestões que podem ser atreladas à outorga; e 10. Acordo realizado no âmbito do Comitês PCJ: outras ações e medidas compensatórias que não podem ser atreladas à outorgas. Com a palavra o sr. Moretti informou que no item 9. “Recomendações para outorga”, o órgão outorgante poderá acatar somente aquelas que o mesmo possa fiscalizar. O sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades, lembrou que a renovação da outorga tem um prazo de 10 anos pelo DAEE e, pela ANA, de até 35 anos. O sr. Sérgio Razera, do Consórcio PCJ, mencionou que a questão dos números das vazões a serem fixados é o ponto mais polêmico, entendendo que deve existir uma vazão mínima para as Bacias PCJ e, para isso, existem duas formas: uma fixando valor menor para a retirada de água para a Região Metropolitana de São Paulo e outra fixando um valor para as vazões mínimas para as bacias PCJ. O sr. Milton, da SABESP, registrou que ficou claro, desde o início das discussões, que a SABESP não pode retirar menos de 31 m³/s de água, pois é uma questão de saúde pública. O sr. Sérgio Razera, do Consórcio PCJ, colocou a proposta de que cada membro do GT-Cantareira envie contribuições à minuta do Parecer apresentado, para que sejam elencadas e discutidas na próxima reunião. O sr. Marcos Montenegro, do Ministério das Cidades, mencionou que, na sua opinião, o Grupo de Relatoria atendeu ao solicitado na última reunião e acha que a meta da SABESP para retirada de água seja gradativamente reduzida, e deve estar contemplada na outorga e não fora dela. O sr. Seydell, da Prefeitura de Piracicaba, mencionou que por ser um problema de ordem nacional, não podemos ficar restritos às competências do DAEE e da ANA, senão a região perderá muito e ainda mencionou que, a construção de barragens é uma questão de gestão, que cabe ao Governo do Estado e à SABESP, que é uma empresa de saneamento. O sr. Cláudio de Mauro questionou se, com uma outorga mais abrangente, haveria a possibilidade de articulação com outros órgãos para a devida fiscalização. O sr. Wilde, da ANA, mencionou que foram colocados, pela SABESP, números que representam os valores econômicos associados ao consumo de água e que haveria a necessidade da apresentação desses números relacionados aos municípios afetados a jusante do Sistema Cantareira, como custos de captação e de tratamento de água. O sr. Marcos Montenegro comentou que para se apurar esses números deve ser feito um trabalho muito criterioso para que se considerem os mesmos parâmetros. O sr. Paulo Tinell, da ASSEMAE, informou que na reunião do dia 29/04 será feita uma apresentação sobre a redução de perdas e uma sobre os investimentos para tratar a água pelos municípios das bacias PCJ. A sra. Ana Maria, da Prefeitura de Mairiporã e membro do sub-comitê do Juqueri-Cantareira, do Alto Tietê, mencionou que devemos ter definições mais objetivas para as recomendações que constarão do Parecer. O sr. Cláudio de Mauro, registrou que a água continua sendo retirada da bacia do Piracicaba e que os municípios a jusante é que tiveram que passar por problemas e investir em suas captações e estações de tratamento e que a SABESP tem assumindo um papel de “vendedora de água” e não de um membro do sistema de gestão. Assim, considera que devemos trabalhar no sentido de implantar uma visão de planejamento nas análises em curso. O sr. Paulo Teodoro, do IGAM, mencionou que poderemos executar a política de planejamento, vendendo a água para a SABESP, daí ela deve restringir a retirada de água das Bacias PCJ. O sr. Marcos Montenegro considerou que o Parecer do GT deveria abordar a questão da cobrança, pois é a oportunidade de sensibilizar o Governo Federal quanto ao descontingenciamento dos recursos da cobrança. 5. **Considerações finais:** Com a palavra o sr. Moretti, lembrou que, na próxima reunião, será realizada a apresentação, da Prefeitura de Holambra, sobre uso intensivo de água na agricultura. Propôs que seja enviado o arquivo do atual parecer preliminar aos membros do GT-Cantareira para análise e encaminhamento de sugestões, à Secretaria Executiva dos Comitês PCJ, até o dia 05/04/04, para serem repassadas ao Grupo de Relatoria, que deverá trabalhar no Relatório de 05 a 08/04/04, e no dia 15/04, em Rio Claro, apresentar nova versão do

Comitês das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá



GT-CANTAREIRA - GRUPO TÉCNICO SOBRE A RENOVAÇÃO DA OUTORGA DO SISTEMA CANTAREIRA

Ata da 6.^a Reunião Ordinária do GT-Cantareira

25/03/04 -10h

Parque de Eventos da Prefeitura Municipal de Extrema - MG

parecer. Tal proposta foi aprovada por unanimidade. Foi apresentada, ainda, uma proposta de nova agenda para as reuniões do GT-Cantareira, a fim de se ampliar o tempo para análise dos órgãos outorgantes, com base no Parecer do GT-Cantareira. Foi apresentada a seguinte proposta de agenda: a 7.^a reunião será mantida e realizada em 15/04/2004, no município de Rio Claro, local a definir; a 8.^a reunião que seria no dia 29/04/04, na SANASA, em Campinas, será realizada no dia 27/04/04; a reunião que seria realizada no Ceasa, em Campinas, no dia 13/05/04 seria cancelada e a última reunião do Grupo que seria realizada na RIPASA, em Limeira, em 25/05/04, será realizada no dia 04/05/04, já com a presença da CT-PL, a fim de adiantar os trabalhos. No dia 11/05/04 seria realizada a reunião da CT-PL, no CIESP/Rio Claro, em vez de 01/06/04, onde deverá ser discutida e aprovada a minuta do Parecer. Essa data deverá ser ratificada pela CT-PL na sua próxima reunião, no dia 06/04/04, na SANASA, em Campinas. A Reunião Plenária dos Comitês PCJ seria realizada no dia 01/06/2004, e não mais, no dia 01/07/2004. Colocada em votação a proposta apresentada, a mesma foi aprovada por unanimidade. **6. Encerramento:** Sem outras manifestações sobre o assunto em questão e nada mais havendo a tratar, o sr. Cláudio de Mauro passou a palavra ao anfitrião, Prefeito de Extrema, dr. Luiz Carlos Bergamin, que agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião.

Cláudio Antônio de Mauro
Coordenador do GT-Cantareira